



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL Nº 10/IX-2º/2006

(Moção Contra um Orçamento de Estado
que não serve os portugueses)

EU, JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Primeira Reunião da Sessão Extraordinária realizada no dia 20 de Novembro de 2006, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção:

MOÇÃO

Considerando que o Orçamento de Estado para 2007, apresentado pelo Governo PS, está orientado por uma filosofia de índole neo-liberal que transforma o Estado no principal obstáculo ao crescimento económico, sendo efectivamente o resultado *simplex* da aplicação de um receituário caduco que assenta no primado de que “menos Estado é melhor Estado”, constata-se que:

É um documento que antevê, de facto, um investimento real na contracção do Estado de áreas económicas e sociais que constitucionalmente são da sua exclusiva responsabilidade, satisfazendo assim os defensores do “Mercado”, nomeadamente determinados interesses económicos, cujo compromisso para com Portugal é a precarização do trabalho, a fragilização da capacidade negocial dos trabalhadores nas relações laborais e um retrocesso inadmissível nos direitos adquiridos após décadas de luta;

É um orçamento que investe na privatização de um já muito amputado sector empresarial do Estado (casos da GALP, PORTUCEL E REN), limitando ainda mais a sua capacidade interventiva em áreas estratégicas para o país, como a energia, e fragilizando de forma irreversível e irresponsável um sector que certamente contribuiria para o enriquecimento e consolidação institucional do próprio Estado;

É um orçamento que investe no agravamento das assimetrias nacionais, maximizando os efeitos perversos que a aplicação da nova lei de finanças locais vai implicar e



EDITAL Nº 10

confundindo o desenvolvimento sustentável com ordenamento do território e com reabilitação, qualificação e expansão urbana e do património edificado. Este orçamento, sujeito a uma miopia de curto prazo e imerso numa total demagogia, hipoteca a sustentabilidade regional, ambiental e inter-geracional, diminuindo, num só ano e em termos reais, as verbas que lhe estavam afectas em 9%;

É um orçamento que investe na descridibilização da administração pública acusando-a de ser burocrática, complicada e obsoleta. Agride, de forma gratuita, milhares de funcionários públicos, ignora a revolta que estes legitimamente sentem por sucessivas humilhações mas, hipocritamente, veicula a necessidade de uma sua valorização. É um orçamento que investe em tecnologia, mas que negligencia o factor humano que a vai aplicar, que recusa ser baseado no diálogo, mas que investe na comunicação. É um orçamento que investe no esvaziamento da cidadania, para tornar as portuguesas e os portugueses em meros clientes ou utentes dos serviços públicos;

É um orçamento que investe na residualização do papel do Estado a mero regulador da economia, que o incapacita de promover, sob actual paradigma da globalização, a imagem do país internacionamente (as verbas afectas ao ICEP são coarctadas em 45%), que inviabiliza qualquer esforço estrutural para a consolidação de um clima propício ao desenvolvimento de um tecido empresarial de génese local e de pequena dimensão, que poderia afirmar-se como uma alternativa real de auto-emprego (o IAPMEI é votado a uma asfixia orçamental de mais de 55%) e que obriga a que o esforço de inovação (aspecto nuclear para a competitividade das empresas portuguesas, dada a falência do modelo assente em mão-de-obra barata e desqualificada) seja suportado pelas próprias empresas, ou através de *spill-overs* a partir de um meio universitário, em relação ao qual este orçamento também investe na sua automatização;

É um orçamento que investe na desertificação humana do interior, que condena o nosso sector primário a uma já aparentemente inevitável falência e que, de forma inequívoca, veicula um discurso no sentido da satisfação das legítimas expectativas dos tecidos sociais rurais, promovendo, no entanto, de forma alternativa, uma política



EDITAL Nº 10

draconiana de deterioração das condições de vida das portuguesas e portugueses que se encontram mais expostos aos custos da interioridade. Aludindo à aposta na modernização e inovação da agricultura e das pescas, apresentando uma nova Estratégia Nacional para as Florestas, e defendendo de forma falaciosa e vergonhosa um eventual aumento das verbas afectas ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o Governo PS tenta, assim, não só encobrir a verdadeira desorçamentação que este sector realmente sofreu (na ordem dos 13%), como procura demagogicamente esconder o facto de não ter conseguido sequer cumprir aquilo com que se havia comprometido no Orçamento para 2006, como ainda, esforça-se por minimizar a real diminuição de receitas que diversos institutos públicos vão ter ao longo do próximo ano de enfrentar, sabotando assim o cumprimento das metas que extensamente se propôs cumprir (o Instituto do Vinho e da Vinha, na ordem dos 34%; o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas na ordem dos 9,5% e o Instituto Nacional de Investigação na Agricultura e nas Pescas em cerca de 25%);

É um orçamento que é apresentado pelo Governo PS como charneira, em termos de investimento nos transportes aéreos, nos sistemas ferroviários e marítimo-portuários, na consolidação de infra-estruturas rodoviárias e nos transportes urbanos. No entanto, e paradoxalmente, este mesmo orçamento esvazia a própria capacidade do Estado em cumprir estes desígnios, verificando-se uma contracção dos recursos financeiros nesta área de intervenção na ordem dos 18%, e uma total e condenável inércia em apresentar projectos concretos e inovadores na área da modalidade, sobretudo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;

É um orçamento que investe no sub-emprego, no desemprego, na desqualificação profissional, na precarização das condições de trabalho, no agravamento das iniquidades e assimetrias sociais. É um orçamento que investe na negligência dos mais desfavorecidos (diminuindo as verbas afectas á Obra Social do Ministério das Obras Públicas em cerca de 16%), que não consegue apresentar uma estratégia real para a sustentabilidade do sistema de Segurança Social e que abandona o desígnio da protecção e inclusão sociais que, em 2006, era apresentado como uma das



EDITAL Nº 10

prioridades governativas do PS. É um orçamento desligado da realidade e profundamente incoerente, coloca no mercado e nos privados o ónus da promoção da promoção do emprego, desresponsabilizando-se assim desta matéria, e legitimando assim o esvaziamento financeiro real da esmagadora maioria dos centros de formação e do próprio Instituto de Emprego e Formação Profissional (em cerca de 3%, ao contrário do aumento de 7,2% que, de forma populista, é apresentado no Orçamento para 2007);

É um orçamento que investe no aprofundamento da privatização da saúde, com todos os custos sociais que lhe estão associados, que, não obstante definir como objectivos o desenvolvimento de unidades de saúde familiares, a melhoria da rede de cuidados de saúde e o aumento dos ganhos de saúde para a população, propõe-se atingi-los com muito menos recursos, verificando-se uma contracção real das despesas correntes, na ordem dos 2%, e de capital, em cerca de 33%, e que abandona muitas das linhas orientadoras que em 2005 haviam sido definidas, sem que se tenha verificado qualquer concretização efectiva;

É um orçamento que investe precisamente na antítese do que afirma promover em termos de Educação: investe no abandono e insucesso escolares, no aumento das dificuldades para as famílias de menores rendimentos, na manutenção das crianças e dos jovens na escola (a Acção Social vê as suas verbas diminuídas em cerca de 1,5%), investe na racionalização da rede escolar como meio de distanciamento entre os tecidos sociais mais frágeis e as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Enfrentando uma redução de mais de 7% das verbas destinadas ao Ensino Pré-Escolar, este é incapaz de assegurar a satisfação das exigências da procura e o Ensino Básico e Secundário é votado a uma contracção de perto de 8%, dificultando assim a sua resposta a desafios cada vez mais complexos, relacionados com o multiculturalismo discriminado, a violência juvenil, o insucesso escolar, o abandono prematuro dos estudos e a desmotivação justificada de todos os profissionais do sector;

É um orçamento que formalmente investe na reforma do Ensino Superior e na promoção da Ciência, mas de forma pragmática e efectiva, procede à sua



EDITAL Nº 10

desorçamentação. Também neste sector, o Governo PS investe na contracção do Estado, criando barreiras intransponíveis ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior (que vêm as suas receitas amputadas em cerca de 9%), condicionando de forma vergonhosa a frequência do ensino superior à capacidade financeira das famílias, limitando inacreditavelmente a Acção Social a cerca de 75% do proposto para 2006 e que, de forma antitética ao extensamente anunciado choque tecnológico, impõe aos Serviços de Ciência e Tecnologia sacrifícios não compagináveis com o esforço de acompanhamento pelo Estado que certamente a criação de toda uma rede vai acarretar;

É um orçamento que investe na racinalização de um bem público como a Cultura, que a torna elitista e que atenta contra a qualificação, a conservação e restauro do património edificado histórico nacional, que coloca numa situação dificilmente sustentável toda uma rede museológica (bastando para isso atentar ao rude golpe orçamental que o Instituto Português dos Museus sofre, na ordem dos 25%) e que é incapaz de promover a democratização do acesso a algo que apesar de não se consubstanciar como um bem de primeira necessidade é essencial para a preservação da identidade nacional e para a consolidação e coesão de um património cultural aberto a novas culturas e novas formas de enriquecimento;

É um orçamento, que no que concerne ao distrito de Setúbal e ao Concelho de Almada, em particular, investe numa política de continuidade, de atrofiamento do seu desenvolvimento infra-estrutural, agravando a já muito difícil situação de uma região que necessita de investimentos reais e urgentes. Não é por isso legítimo (nem em nome de um hipotético rigor orçamental) que, num só ano e em termos reais, o município de Almada veja mitigadas em cerca de 45% as suas receitas em sede de PIDDAC. Não é por isso responsável (sobretudo num distrito com as características do nosso) que, num só ano e em termos reais, Setúbal tenha acesso a menos de 34% de fundos nesta rubrica orçamental. Não é por isso sério, nem justo, muito menos justificado, nem em nome de um pacto de estabilidade que, não serve as portuguesas e os portugueses, que os fundos do PIDDAC, previstos para 2007, para o país, sejam realmente inferiores a 2006;



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6

EDITAL Nº 10

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária, em 20 de Novembro de 2006, condena e rejeita o Orçamento de Estado para 2007 apresentado pelo Governo PS, porque:

- a) É um orçamento que investe no desinvestimento do Estado de áreas como a Justiça, a Defesa Nacional, as Obras Públicas, o desenvolvimento do território (e não apenas parte deste), da segurança social, da saúde, da educação e da cultura, todas tipicamente classificadas como de bens públicos, todas tipicamente colocadas sob a responsabilidade do Estado, todas tendencialmente abandonadas por este Governo PS, em prol do mercado e dos que de forma necrófaga se alimentam das dificuldades dos que não se podem defender e não têm quem os defenda.
- b) É um orçamento que parte do pressuposto errado de que a crise acabou. Ignorando propositadamente que a crise não acabou para os mais desfavorecidos, que a crise não acabou para os funcionários públicos, que a crise não acabou para os desempregados e sub-empregados, que a crise não acabou para todas e todos que vêm dia após dia a sua qualidade de vida deteriorada pelas opções governativas e legislativas do PS, que a crise não acabou para um número crescente de portuguesas e portugueses que enfrentam a precarização do seu posto de trabalho... e que serão precisamente estes que serão mais afectados pelo Orçamento de Estado para o próximo ano.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 21 de Novembro de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)